

SUMÁRIO

1. A Era Digital e o Contexto das Legislações de Proteção dos Dados Pessoais.....	23
1.1 Panorama Histórico das Legislações de Proteção de Dados Pessoais.....	26
2. GENERAL DATA PROTECTION REGULATION – GDPR	29
3. A Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei 13.709/2018).....	33
3.1 O Alcance da LGPD e seus Fundamentos.....	36
3.1.1 A Proteção de Dados como Princípio Constitucional: a PEC nº 17/2019	37
3.2 Os Fundamentos da LGPD (Art. 2º).....	38
3.2.1 Respeito à Privacidade.....	39
3.2.2 Autodeterminação Informativa	41
3.2.3 Liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.....	43
3.2.4 Inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.....	44
3.2.5 O desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação	45
3.2.6 A Livre Iniciativa, a Livre Concorrência e a Defesa do Consumidor	47
3.2.7 Os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais	49
3.3 Incidência da LGPD (art. 3º).....	50
3.4 Hipóteses de não incidência da LGPD no tratamento de dados (art. 4º)	52
3.5 Alguns Conceitos Operacionais da LGPD (art. 5º).....	53

3.5.1	Dado Pessoal	53
3.5.2	Dado Pessoal Sensível	53
3.5.3	Dado Anonimizado.....	54
3.5.4	Banco de dados.....	54
3.5.5	Titular	55
3.5.6	Controlador	55
3.5.7	Operador	55
3.5.8	Encarregado de Proteção de Dados (EPD) ou Data Protection Officer (DPO)	56
3.5.9	Agentes de tratamento.....	57
3.5.10	Tratamento	57
3.5.11	Anonimização	58
3.5.11.1	Pseudonimização de dados	59
3.5.12	Consentimento.....	60
3.5.13	Bloqueio	61
3.5.14	Eliminação	62
3.5.15	Transferência Internacional de Dados	62
3.5.16	Uso compartilhado de dados	63
3.5.17	Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais	64
3.5.18	Órgão de Pesquisa	65
3.5.19	Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)	65
3.6	Princípios Aplicados ao Tratamento de Dados (art. 6º)..	66
3.6.1	Princípio da Finalidade	68
3.6.2	Princípio da Adequação	71
3.6.3	Princípio da Necessidade ou da Minimização dos Dados	72
3.6.4	Princípio do Livre acesso	75
3.6.5	Princípio da Qualidade dos dados.....	76
3.6.6	Princípio da Transparência.....	77
3.6.7	Princípio da Segurança	78
3.6.8	Princípio da Prevenção	79
3.6.9	Princípio da Não Discriminação	80
3.6.10	Princípio da Responsabilização (<i>Accountability</i>) e prestação de contas.....	81

4. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	83
4.1 Bases Legais ou Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais	84
4.1.1 Consentimento.....	85
4.1.2 Bases legais para tratamento de dados sem o consentimento do titular.....	87
4.1.2.1 Obrigação legal ou regulatória.....	87
4.1.2.2 Tratamento de Dados realizado pela Administração Pública	88
4.1.2.3 Tratamento de Dados para estudos, por órgão de pesquisa.....	89
4.1.2.4 Tratamento de dados para execução de contratos.....	90
4.1.2.5 Tratamento de dados para exercício regular de direito.....	91
4.1.2.6 Tratamento de dados para a proteção da vida e da incolumidade física do titular ou de terceiro	91
4.1.2.7 Tratamento de dados para a proteção da saúde	92
4.1.2.8 Tratamento de dados em razão do legítimo interesse do controlador ou de terceiro	93
4.1.2.9 Tratamento de dados para proteção do crédito	97
4.1.3 Algumas observações sobre as bases legais para tratamento de dados pessoais	98
4.2 Direito do Titular ao Livre Acesso às Informações sobre o Tratamento dos seus Dados	100
4.3 O Legítimo Interesse do Controlador como Base Legal para o Tratamento de Dados	102
4.4 O Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis	104
4.4.1 Bases Legais Para Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis	104
4.5 Anonimização dos Dados Pessoais.....	106
4.5.1 Pseudonimização	108
4.6 Término do Tratamento de Dados	109

5. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	111
6. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS	115
6.1 Direito de Revisão de Decisões Automatizadas.....	117
6.2 Outros Direitos do Titular: a tutela coletiva da proteção dos dados pessoais	120
7. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO.....	123
7.1 Tratamento de Dados por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	126
7.2 Interoperabilidade e Compartilhamento de Dados pelo Poder Público.....	126
7.3 Responsabilidade do Poder Público no tratamento de dados.....	129
7.3.1 A publicação de relatório de impactos à proteção de dados pelo Poder Público e adoção de padrões e boas práticas	130
8. A TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS.....	133
8.1 Transferência Internacional de Dados por Garantia do Controlador	135
8.2 Outras Hipóteses de Transferência Internacional de Dados	137
9. AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS: o Controlador e o Operador.....	141
9.1 Encarregado de Proteção de Dados (EPD) ou Data Protection Officer (DPO)	142
9.1.1 O Conflito de Interesses na Atuação do Encarregado de Proteção de Dados.....	145
9.1.2 A Responsabilização do Encarregado de Proteção de Dados	146
10. REGISTRO DAS OPERAÇÕES DE TRATAMENTO E RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	149
10.1 Registro das Operações de Tratamento de Dados (art. 37).....	149
10.2 Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais.....	152

11. RESPONSABILIDADE E RESSARCIMENTO DE DANOS ...	155
11.1 Da Exclusão da Responsabilidade	156
11.2 Tratamento Irregular de Dados	157
11.3 Regras de Responsabilidade do CDC	158
12. SEGURANÇA E SIGILO DOS DADOS	159
12.1 O Estabelecimento de Padrões Técnicos Mínimos pela ANPD	163
12.2 O <i>Privacy by Design</i> – A Privacidade desde a concepção...	164
12.2.1 O <i>Privacy by Default</i> – A Privacidade como padrão	167
12.3 Incidentes de Segurança e o Dever de Notificação	168
12.3.1 O Conteúdo Mínimo da Comunicação do Incidente de Segurança à ANPD	169
13. BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA EM PROTEÇÃO DE DADOS	173
13.1 Programa de Governança em Privacidade – PGP	175
13.2 Adoção de Padrões Técnicos que facilitem o controle dos dados pelos titulares	178
14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA LGPD	181
14.1 Advertência	181
14.2 Multa Simples	182
14.2.1 Incidência de Multa para Pessoa Natural	183
14.3 Multa Diária	183
14.4 Publicização da Infração	184
14.5 Bloqueio dos dados pessoais referentes à infração	185
14.6 Eliminação dos dados pessoais referentes à infração	186
14.7 Suspensão Parcial do Funcionamento do Banco de Dados	186
14.8 Suspensão do Exercício da Atividade de Tratamento de Dados	189
14.9 A conciliação nos vazamentos ou acesso não autorizados individuais	190
14.10 Sanções Aplicadas às Pessoas Jurídicas de Direito Público	191
14.11 Regulamento e Aspectos Gerais Sobre as Sanções	191

14.12	Destino das Multas Aplicadas pela ANPD	193
15.	AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – ANPD	195
15.1	Os Caminhos e os Descaminhos da Criação da ANPD....	195
	15.1.1 Veto Parcial à Lei 13.853/2019 e derrubada parcial dos vetos pelo Congresso Nacional.....	196
15.2	Criação e Composição da ANPD.....	197
	15.2.1 Autonomia Técnica da ANPD.....	198
	15.2.2 A Composição da ANPD.....	198
	15.2.3 Estrutura Regimental da ANPD e cargos em comissão da ANPD.....	200
15.3	Competência da ANPD.....	201
	15.3.1 Poder de Polícia e Fiscalização	204
	15.3.2 Competência Regulamentar e Normativa	205
	15.3.3 A Articulação da ANPD com Setores Específicos.	206
	15.3.4 Receita da ANPD.....	207
16.	CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE.....	209
16.1	Composição do Conselho	209
16.2	Competência do Conselho.....	211
17.	DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS DA LGPD	213
17.1	Alterações no Marco Civil da Internet.....	213
17.2	Notificação e Intimação de Empresas Estrangeiras	214
17.3	ANPD, INEP e o Acesso aos Dados Educacionais Previstos na LDB e no SINAES	214
17.4	Adequação Progressiva de Bancos de Dados Anteriores à LGPD	215
17.5	A Coexistência da LGPD com Outras Legislações.....	215
17.6	Idas e Vindas: o início da vigência da LGPD	216
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	219